

Militares continuam preocupados com os 4 anos

A possibilidade de haver redução do mandato do presidente José Sarney é um assunto que continua preocupando os ministros militares, tanto que ontem constou da pauta de sua reunião de trabalho, embora a principal matéria debatida tenha sido a anistia. Sobre a questão do mandato, o ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, disse: "Eleições em 1988 são impróprias por inúmeras razões, inclusive porque este país precisa de estabilidade, tranqüilidade, suor na testa e muito trabalho".

Já o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, ao mesmo tempo que dizia terem os ministros militares certeza na vitória da proposta de mandato de cinco anos para o presidente Sarney — "a hipótese de quatro anos não se configura para nós", salientou — admitiu que os titulares das pastas militares e seus assessores parlamentares vão trabalhar e conversar com os constituintes para que sejam mantidos os cinco anos. "Nosso trabalho é só de assessoramento, comentou, pois a coordenação política será do presidente e seus assessores e das lideranças políticas."

Para o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, eleições "sem que a Constituição esteja terminada configuram um grave risco". Segundo o ministro, são milhares de leis que precisam ser reestru-



Leônidas: "País precisa de trabalho".

turadas em função do que já foi aprovado na Constituição. "Então, raciocinou o ministro, enquanto essas leis não forem elaboradas, a Constituição permanece incompleta. Este trabalho exigirá a presença dos constituintes e tudo ficará tremendamente prejudicado se, em cima desse processo, se pensar em fazer uma eleição presidencial que é uma atividade política que atrai toda a atenção da Nação e todas as atividades dos políticos."

A anistia aos militares cassados em 64 ou mesmo antes disso foi, segundo os três ministros, o principal assunto da reunião. Embora otimistas quanto ao texto da Sistematização (que concede anistia até mesmo aos militares que participaram da Intento-

na de 1935), os ministros militares temem a aprovação das emendas que pregam o pagamento de atrasados, reintegração ou anistia aos atingidos por atos administrativos.

A reintegração foi considerada "impossível" pelo ministro Leônidas Pires, enquanto o almirante Henrique Sabóia considera passível de ferir os pilares das Forças Armadas: a hierarquia e a disciplina.

Para o ministro da Marinha — força que mais problemas terá caso seja aprovada a reintegração ou pagamento de atrasados — só para nove tenentes punidos em 64 a Marinha teria que pagar Cz\$ 40 milhões. Caso sejam contemplados pela medida os militares punidos com atos administrativos, esses gastos se elevam para 140 bilhões de cruzados.

Os ministros militares estão aceitando a formulação da anistia que consta do texto elaborado pela Comissão de Sistematização, mantido pelo projeto do Centrão. O que os preocupa são as emendas, 15 ao todo, sendo que 14 delas propõem ampliações na anistia, como a do senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que a aplica aos demitidos em função de atividades grevistas, ou a da deputada Raquel Cândido (PFL-RO), que anistia os trabalhadores do setor privado e representantes sindicais punidos e demitidos por motivos políticos.

O Centrão já definiu sua estratégia

O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, informou ontem em Brasília que o Centrão já definiu a estratégia para votação do mandato do presidente Sarney. A idéia, segundo Sant'Anna, é colocarem para aprovar o texto do Centrão, que nada dispõe sobre o prazo do mandato de Sarney. Caso seja derrotado, então pedem DVS (destaque votado em separado) ao Art. 4º do projeto da Sistematização, propondo 5 anos para Sarney. Outra alternativa é aprovar a emenda do deputado Matheus Iensen, pró-5 anos, que tem prioridade sobre as demais por ter conseguido 317 assinaturas, atingindo a maioria.

"Conheço pelo menos 6 constituintes que antes votaram pelo mandato de 4 anos e agora votarão pelos 5. Não conheço nenhum que tenha mudado dos 5 para os 4 anos." Desta forma o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi, sintetiza a expectativa das forças governistas para a votação do mandato do presidente Sarney. "Pode haver surpresa, mas não acredito. Para nós a situação é tranqüila", observa o senador.

Entre as lideranças oposicionistas, a situação é de desânimo declarado, quase

todas reconhecendo que será difícil conseguir maioria de votos para reduzir o mandato do presidente Sarney. "Depois da cacetada que já levamos na reforma agrária, temos pelo menos de parar algum tempo para pensar", diz o deputado Luís Inácio Lula da Silva, enquanto o senador Jutahy Magalhães observa que, se o mandato presidencial não for reduzido, não vai ser por falta de emendas. Até agora, há mais de 20 propostas nesse sentido.

O senador Fernando Henrique Cardoso acredita que "será difícil mas não impossível aprovar os 4 anos, pois o governo continua em descrédito e os constituintes podem ser sensibilizados pela sociedade". Mas o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) revela desânimo: "Será muito difícil reverter a votação anterior, apesar de o Centrão não ter conseguido mais colocar 280 votos no plenário", argumenta.

O deputado Saulo Queirós (PFL-MT) acha que a votação pelos 4 anos aumentará no PFL mas mesmo assim será difícil superar os votos governistas, diante das pressões de ministros e governadores, que já começaram.

O Comitê Suprapartidário marcou ontem para o dia 19, no Rio, e 27, em São Paulo a princípio na Praça da Sé, os novos comícios pró-diretas-88 para presidente da República. A decisão foi tomada durante reunião realizada na Seção do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil. O presidente da entidade, Carlos Maurício Martins Rodrigues, disse que "os novos comícios têm ampla perspectiva de participação popular". A reunião contou com representantes do PT, CUT, PDT, PC do B, PCB e de uma "Ala Progressista" do PMDB.

Para o presidente da OAB fluminense, "os problemas brasileiros estão centrados na ilegitimidade do governo atual, e é preciso, assim, que haja eleição, que o processo de transição acabe de vez e que o País chegue à democracia plena". "O governo Sarney é um governo de transição, e como toda transição, a brasileira deve ser rápida, com a concretização de uma aspiração da sociedade brasileira, que é a democracia plena. É por isso que nós estamos nos mobilizando através do Comitê-Pró-Diretas", acrescentou Carlos Maurício Rodrigues.

12 MAI 1988